

OS JOGOS INDÍGENAS KRAHÔ COMO CONTEÚDOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO TOCANTINS

KRAHÔ INDIGENOUS GAMES AS CURRICULAR CONTENT OF PHYSICAL EDUCATION IN TOCANTINS

Kairo Tavares Freire 1

Eduardo José Cezari 2

Resumo: O texto é um estudo sobre os Jogos Tradicionais do Povo Krahô, na Escola Estadual Indígena 19 de Abril, localizada na Aldeia Manoel Alves Pequeno, município de Goiatins – TO. Assim, teve como objetivo geral compreender a cultura Krahô e os jogos tradicionais, identificando as principais modalidades esportivas da educação física escolar na escola. A problemática da pesquisa se delimita no entorno da questão norteadora: quais contribuições dos jogos tradicionais indígenas Krahô para as modalidades esportivas da educação física escolar regular? No tocante à metodologia, o estudo é etnográfico, com base na concepção de pesquisa participativa, e ainda observação participante. Os resultados sinalizam a dinâmica dos jogos e brincadeiras indígenas e sua contribuição para uma educação escolar indígena intercultural e bilíngue. A prática dos professores, especialmente daqueles que ministram aulas de Educação Física Escolar poderão se ressignificadas a partir do momento que perceberem que os jogos indígenas a exemplo da corrida de tora, arremesso de lança, cabo de guerra, canoagem, lutas corporais, dentre outras práticas que objetivam a troca de experiências com outras etnias, a confraternização, o interesse em aprender e confraternizar e não buscam o rendimento e a competição de troféus como os exercícios físicos e atividades desportivas da escola regular.

Palavras-chave: Jogos Tradicionais Indígenas. Povo Krahô. Educação Física.

Abstract: The text is a study on the Traditional Games of the Krahô People, at the 19 de Abril Indigenous State School, located in Aldeia Manoel Alves Pequeno, municipality of Goiatins – TO. Thus, the general objective was to understand Krahô culture and traditional games, identifying the main sports in school physical education at school. The research problem is limited to the guiding question: what contributions do traditional Krahô indigenous games make to sports in regular school physical education? Regarding methodology, the study is ethnographic, based on the concept of participatory research, and also participant observation. The results highlight the dynamics of indigenous games and games and their contribution to an intercultural and bilingual indigenous school education. The practice of teachers, especially those who teach School Physical Education classes, may be given new meanings from the moment they realize that indigenous games, such as log racing, spear throwing, tug of war, canoeing, body fights, among other practices which aim to exchange experiences with other ethnicities, fraternization, interest in learning and socializing and do not seek performance and competition for trophies like physical exercises and sports activities at regular school.

Keywords: Traditional Indigenous Games. Krahô People. Physical Education.

1 - Mestrando do Programa em Educação da Universidade Federal do Tocantins. professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8087591385870074>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7629-0685>. E-mail: kairo.freire@ifto.edu.br

2 - Doutor em Educação em Ciências e Matemática pela UFMT/REAMEC. Mestre em Ciências do Ambiente pela UFT. Docente do PPPGE/UFT. Pró-reitor de Graduação da UFT. <http://lattes.cnpq.br/9080401095275240>. <https://orcid.org/0000-0001-7909-1504>. E-mail: eduardo@uft.edu.br

Introdução

De acordo com os princípios na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional enfatiza que a educação escolar indígena deve ter um tratamento diferente das demais escolas do sistema educativo. Os princípios do RCNEI (Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas) (1998), abre caminho para a construção de uma nova escola, respeitando a cultura dos povos indígenas que procura a cada dia, por uma educação que valorize seus rituais e cultos e tragam novo acesso ao conhecimento e outras práticas com outros grupos sociais.

Com relação a proposta escola indígena diferente, representa muita novidade para a educação nacional, deixando claro, que o sistema tem se organizar nesse sentido, exigindo que os órgãos competentes procurem fazer uma nova definição das dinâmicas, conceitos e concepções dessas escolas e tenham, de direito, incluída com benefícios e sua inclusão no sistema educativo, no sentido de contemplação das suas particularidades.

A normatização dessa proposta não pode ser muito rígida ou delimitada, deve abrir caminhos, para não dificultar a abertura de novas possibilidades de práticas educativas e deixar a desejar no atendimento as especificidades colocadas pelo povo indígena.

A proposta da escola indígena brasileira, vem avançando no sentido da legislação que a regulamenta. Segundo a RCNEI (1998), discute na expectativa de contribuições para diminuir os polos entre o discurso legal e os trabalhos em sala de aula nas referidas escolas indígenas.

Ao se fazer um retrospecto histórico com base nos povos primitivos ou imigrantes, torna-se possível afirmar que o Brasil é um país multilíngue. No final do século XIX, a partir da mobilização dos próprios indígenas, a escola passou a ser vista como um espaço para o resgate da identidade étnica desses povos. Vale destacar a importância que muitos povos indígenas brasileiros encaminham para o esporte, os jogos, a atividade física, configurando-se como elemento preponderante para a educação escolar indígena (CUNHA, 2008).

A educação escolar diferenciada é um direito

A discussão vem acontecendo cada vez mais forte nas comunidades indígenas sobre a construção de projetos de educação escolar diferenciada na contramão a educação tradicional e jesuíta que as escolas têm vivenciado desde o início da colonização a dias atuais. As investidas têm como objetivo dirimir as diferenças culturais, que são limitadoras no processo de civilização e de desenvolvimento da nação.

Segundo Albuquerque (2011), a história da educação escolar indígena diz, de modo geral, que a escola sempre buscou o objetivo de integração das populações indígenas à sociedade brasileira. Desse modo, a escola tinha a função de ensinar os alunos indígenas a falar e escrever em português. Diante dessa realidade somente a pouco tempo começou-se, em algumas escolas, a utilizar as línguas indígenas na alfabetização, encontraram dificuldades em alfabetizar os alunos em uma língua que eles não dominavam, no caso o português.

O sistema de ensino mudou desde então, apresentaram novos elementos para o debate, no sentido de acabar de vez a tendência integracionista e de não reconhecimento das especificidades da cultura indígena, as escolas indígenas vêm se tornando um espaço de lutas e afirmação de pertencimento de identidade étnico. Tem o direito de escolarização com a sua língua, valorizando o processo de aprendizagem próprio, com a formação de professores indígenas da própria comunidade, produzindo o material didático, valorizando os saberes e práticas das tradições, com desenvolvimento de autonomia pedagógica, trazendo novas responsabilidades ao papel da escola.

A nova perspectiva, espera que a escola contribua para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, trazendo sustentabilidade em consonância para promover a cidadania diferenciada dos estudantes indígenas. O movimento indígena nasce dentro das comunidades e começa a ganhar força, quando encontra ressonância no Estado brasileiro, vem sendo reconhecido um valor ético e político que orienta suas políticas públicas.

A diferença cultural é bandeira do movimento indígena desde a década de 1970, junto a

outros movimentos sociais em prol da redemocratização do país. Defendendo seus direitos e interesses de continuidade sociocultural. De acordo com Cunha (2008), a partir da década de 1970, o governo brasileiro, teve preocupação em discutir prática escolar indígena de acordo com as diretrizes internacionais e procurando melhorar sua imagem diante a opinião pública internacional, introduzindo a prática escolar indígena o uso de línguas maternas com projeto de integração.

As discussões do movimento indígena e de seus defensores repercutiu na redefinição conceitual e pragmática das relações entre o Estado e os povos indígenas, onde o marco foi a concretização na Constituição Federal do Brasil de 1988, que definiu o paradigma do reconhecimento, manutenção e proteção da sociodiversidade indígena nas políticas públicas.

Na esfera da educação, as novas diretrizes passaram a definir as práticas pedagógicas e curriculares nas escolas indígenas, dando liberdade para uma educação escolar própria ou, passou a ser concebida, uma Educação Escolar Indígena diferenciada, específica, intercultural, bilíngue e multilíngue. Na Constituição de 1988, a perspectiva assimilacionista foi superada, onde marcara toda a legislação indigenista precedente, entendia a comunidade indígena como categoria étnica e social provisória e transitória, trazendo a incorporação a participação nacional, mostrando a pluralidade cultural reconhecendo o estado brasileiro como pluriétnico.

A lei nº 11.645/2008, vem favorecendo a compreensão que é necessário construir representatividade sociais que valorizam as diferenças, origens e culturas populares do povo brasileiro, e nesse sentido, crie um ambiente escolar que favorecem a criatividade com transformação da realidade para superar as situações preconceituosas e discriminação étnico-raciais. A inclusão da história e da cultura dos povos indígenas na Educação Básica, tem importantes repercussões na forma como os professores devem atuar e na produção didática das suas intervenções pedagógicas, com ênfase em valores devidos a história e cultura dos povos indígenas encontrando o reconhecimento da diversidade cultural e étnica da sociedade brasileira.

Em consonância outra ação de grande importância foi a Realização, de 16 a 21 de novembro de 2009, em Luziânia, GO, a I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI), o MEC, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que teve como tema “Educação Escolar Indígena: Gestão Territorial e Afirmção Cultural”. A CONEEI foi precedida de conferências locais, realizadas em 1.836 escolas indígenas, com a participação de cerca de 45.000 pessoas entre estudantes, professores, pais e mães de estudantes, além de lideranças indígenas.

A Conferência Nacional consultou como principal objetivo os representantes dos povos indígenas, as organizações governamentais e da sociedade civil sobre a temática das realidades e as necessidades de educacionais para desenvolver políticas educacionais das Escolas indígenas; debater o aperfeiçoamento de proposta de oferta, redefinir modelo de gestão, avaliando diretrizes que avancem a Educação Escolar Indígena em qualidade sociocultural e diferenciada.

As principais propostas aprovadas na Conferência está a criação do sistema próprio de Educação Escolar Indígena articulado ao sistema nacional de educação; criação dos territórios etnoeducacionais; a busca de ampliação do controle social a partir da ótica e as necessidades do povo indígena, respeitando suas individualidades, tornando o novo modelo de gestão assegurem e aumentem o protagonismo indígena nas instâncias propositivas e deliberativas.

Os jogos e danças indígenas como ritualística de povos ancestrais para além da competitividade e de rendimento

O povo indígena Krahô é ocupante um território da região nordeste do estado do Tocantins. No patrimônio imaterial Krahô estão contidos saberes tradicionais que estão enraizados no universo lúdico e na sua corporalidade e que se revelam em seus ritos, suas danças, nos mitos e na sua cosmologia.

Consideramos que o universo da ludicidade e do corpo Krahô devem estar presentes

no currículo escolar, aparecendo como conteúdo da disciplina Educação Física. De acordo com Leite (2017), concordamos que o elemento lúdico e a corporeidade como ferramentas das manifestações e das representações culturais, pois propomos contribuir para a elaboração de um referencial pedagógico que promova o fortalecimento dos saberes e costumes das tradições do povo Krahô.

Com relação as atividades corporais, os jogos dizem muito sobre um povo, sobre sua cultura e sobre a sua língua, e toda essa miscelânea de diversidade. E por isso, a multiplicidade de línguas convivem no território nacional envolvendo questões linguísticas complexas de comunicação e de acesso à informação e ao ensino, quando se fala em educação escolar indígena, face à dificuldade de se implementar políticas públicas eficientes para os povos minoritários.

Alicerçada em novos paradigmas educacionais de respeito à interculturalidade, a educação escolar indígena transformou-se numa modalidade de ensino que recebeu um tratamento proeminente por parte dos estudiosos e dos dispositivos legais vigentes. Tem-se na educação escolar indígena, juntamente com a decisão de cada povo, a possibilidade de mecanismos que permitam a manutenção de sua língua e cultura.

Os jogos cooperativos são mais adequados para desenvolver nas aulas de Educação Física o senso de motivação dos alunos para as práticas esportivas, tornam as atividades mais atraentes proporcionando aos educandos momentos de inclusão social, respeito as regras, vivências corporais de maneira lúdica, desenvolvendo as habilidades necessárias para inclusão social, sem usar o lado competitivo extenuante.

Sabemos que o jogo faz parte da cultura de todos os povos. De acordo com Vaz (2013), Jogos são formas de expressão cultural de diversos povos, um jogo expressa, os acontecimentos dos elementos da cultura, um conjunto de concepção, trazendo os valores e normas que determinam o tempo e o lugar histórico em que surgem e são praticados.

O grupo é importante para a construção de uma identidade cultural, desse modo, o povo indígena sempre procurou desenvolver atividades em grupo, com isso fortalecendo os laços de irmandade perante sua comunidade. Diante dessa condição dos povos indígenas que sempre usaram as lutas, as danças, os jogos e as brincadeiras em seus rituais.

A Educação Física Escolar Indígena deve inserir essas dinâmicas dentro das teorias da cultura corporal do movimento, trazendo toda a riqueza da cultura e tradições do povo indígenas. Colaborando, Albuquerque e Leite (2016), introduzir esses conteúdos na Educação Física escolar, contextualizado dentro da cultura corporal de movimento, é colaborar para o exercício da cidadania do povo Krahô, porque é através dessas atividades que podemos desenvolver qualidades imprescindíveis para a vida em sociedade.

Podem para fazer parte das aulas de Educação Física da escola indígena, as festas populares e as danças do folclore brasileiro como o Carnaval, a Folia de Reis, as Farras de boi e Cavalhadas, as Festas Juninas, e a capoeira que veio junto com os escravos, como forma de expressão corporal. A cultura corporal do movimento pode ser rica trazendo elementos de várias manifestações do movimento humano, objetivando vivências corporais que tragam grandes significados para o povo indígena Krahô.

Diante do processo de globalização as transformações vieram também para o povo indígena, o povo Krahô foi afetado pela proximidade com o não indígena e o advento das tecnologias, o etnocídio veio gradativamente.

No tocante aos esportes, é nítido a sua influência entre os indígenas que vestem as camisetas de times nacionais e internacionais e seus ídolos são jogadores de outras nações.

Colaborando Leite (2017), afirma que o processo de globalização provoca transformações econômicas, políticas, sociais e culturais nas sociedades, afetando também os povos indígenas do Brasil. Isto não é diferente com o povo Krahô, que sofre com o etnocídio gradativo, que tende a descaracterizar as identidades culturais, dando origem a outras identidades híbridas.

Referências

ALBUQUERQUE, F. E. **A educação escolar Apinayé na perspectiva bilíngue e intercultural**, RBPG, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 299 - 322, dezembro 2011.

ALBUQUERQUE, F. E. LEITE, Francinaldo Freitas; CASTRO, Hiasmym de Carvalho. **Saberes Tradicionais e Relações Interculturais do Povo Indígena Krahô**. Revista COCAR, Belém, v.10, n.20, p. 431 a 455 – Ago./Dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.645/2008, de 10 março de 2008 - História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, 10 de março de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

CUNHA, R. B. **Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil**. *Educar*. Curitiba, n. 32, pp. 143-159, Editora UFPR. 2008.

LEITE, F. F. **Saberes Tradicionais Krahô: Contribuições para Educação Físicas Indígena Bilíngue e Intercultural- Araguaína TO, UFT, 2017.**

Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1998, para aproximar a prática escolar às orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

VAZ, A. F. **Caderno de Formação RBCE, Jogos, Esportes: Desafios para a Educação Física Escolar**. Disponível em: SciELO - Revista Brasileira de Ciências do Esporte . Acesso em: 15 de setembro de 2013.

Recebido em 22 de maio de 2023.
Aceito em 27 de outubro de 2023.